

ESQUERDAS NA AMÉRICA DO SUL: PADRÕES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL E CONSTRANGIMENTOS AOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Daniel Ricardo Castelan

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea

O objetivo deste trabalho é identificar restrições políticas colocadas pelo padrão de internacionalização econômica da América do Sul à consolidação dos programas de proteção social dos partidos de esquerda eleitos entre 1999 e 2010. A intenção é analisar os efeitos da liberalização sobre as coalizões tradicionalmente alinhadas aos partidos de esquerda, que em outras experiências históricas serviram de sustentação aos programas de proteção social.

Para alcançar o objetivo, recorreu-se a hipóteses de economia política formuladas na Europa entre os anos 1970 e 1980, quando reformas estruturais redefiniram as bases de sustentação dos partidos social-democratas e alteraram as condições econômicas e sociais de manutenção do Estado de bem-estar. Ao longo do trabalho, países europeus com padrões semelhantes de inserção econômica internacional serão utilizados como parâmetro de comparação para os países da América do Sul.

Optou-se pelo método comparado porque, apesar da expressão quantitativa da maioria das variáveis independentes, como abertura comercial, nível de industrialização e de urbanização, o efeito que se busca analisar não é igualmente quantificável. O objetivo não é explicar a emergência de governos de esquerda e a probabilidade condicional de adoção de determinadas políticas dadas certas condições, mas identificar padrões de resposta política às condições econômicas. Para que se tenha mais claro, a liberalização econômica promovida em períodos anteriores à eleição das esquerdas foi compensada de diferentes maneiras pelos governos eleitos a partir de 1998, a despeito da crítica comum à exposição exagerada aos fluxos internacionais de comércio e de capitais. No Equador, na Bolívia e na Venezuela, adotou-se a estatização de investimentos estrangeiros, em alguns casos liderada por movimentos de tradição indigenista; no Brasil, no Uruguai e no Chile, foram implementados programas condicionais de transferência de renda por

partidos de origem trabalhista. Em cada caso, a resposta esteve condicionada aos atores sociais envolvidos nos processos políticos, aos recursos de poder de que dispunham e à disposição em formar alianças. Dessa maneira, tampouco se pode confiar nos pressupostos de linearidade e aditividade que seriam necessários para uma análise de regressão. Por fim, o pequeno número de casos inviabilizaria uma análise deste tipo, o que não exime este trabalho de tentar controlar os efeitos de cada condição econômica sobre a governabilidade dos partidos de esquerda.

A principal conclusão do trabalho é que as restrições econômicas foram mais fortes em países que simultaneamente apresentavam elevada abertura comercial e concentração das exportações, como no Paraguai, na Bolívia, no Equador, na Venezuela e no Chile, porque reduziram a eficácia de políticas de gestão da demanda agregada e diminuíram as bases sociais que poderiam distribuir o excedente através de negociações coletivas. A participação do investimento estrangeiro e a liberdade de movimentação de capitais atuaram como agravantes, pois dificultaram negociações tripartites semelhantes às realizadas na Europa. Com o fechamento de possibilidades históricas de governo para os partidos de esquerda, a nacionalização de capitais estrangeiros foi vista como saída para a redistribuição do excedente por alguns governos.